



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

CONVOCAÇÃO DA MESA DIRETORA

Ref.: Denúncia nº 4/2023

Autor (a): Sara Rayanne Silva Azevedo;

Denunciado: Vereador Gabriel Azevedo

O Vereador Juliano Lopes, 1º Vice-Presidente da Câmara Municipal, no exercício da Presidência em razão do impedimento do Vereador Gabriel Azevedo, que é denunciado no presente procedimento, convoca as vereadoras Flávia Borja e Marcela Trópia e os vereadores Wesley Moreira e Ciro Pereira, para a reunião da MESA DIRETORA, a ser realizada no dia **15 de setembro de 2023, às 10h00**, no **Plenário Helvécio Arantes** com a finalidade de escolher relator para promover a apuração preliminar e sumária dos fatos objeto da denúncia em epígrafe, na forma do art. 17 do Código de Ética Parlamentar (Resolução nº 2.049, de 26 de setembro de 2002).

Determino ainda que o denunciado, Vereador Gabriel, seja comunicado da realização da reunião, mas tão somente nesta condição.

Belo Horizonte, 14 de setembro de 2023.

Cordialmente,

JULIANO LOPES
LOBATO:95760
415620

Assinado de forma digital por JULIANO
LOPES LOBATO:95760415620
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Multipla v5, ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=JULIANO LOPES
LOBATO:95760415620
Dados: 2023.09.14 15:47:16 -03'00'

Vereador Professor Juliano Lopes
1º Vice-Presidente da CMBH

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 14/09/23
HORA. 15:53



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DESPACHO

Foi protocolada junto à Diretoria do Processo Legislativo, às 15h53 do dia 14/09/2023, pelo Vereador Professor Juliano Lopes, 1º Vice-Presidente desta Casa, convocação para realização de reunião da Mesa Diretora com a finalidade de escolher relator para promover a apuração preliminar e sumária dos fatos objeto da Denúncia 4/2023. A convocação foi protocolada em total acordo com as disposições da Deliberação 14/21.

Porém, uma ressalva contida no texto, bem como a manifestação por escrito do Vereador no corpo do e-mail geram dúvidas acerca da natureza da reunião que se pretende realizar, razão pela qual faz-se necessário exarar o presente despacho. Explico.

A convocação protocolada traz a seguinte ressalva:

“Determino ainda que o denunciado, Vereador Gabriel, seja comunicado da realização da reunião, mas tão somente nesta condição.”

Em relação a este trecho, é importante demonstrar que o artigo 145 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte é claro ao prever que “o vereador impedido de votar terá computada sua presença para efeito de quórum.”. Por esta razão, em se tratando de uma reunião regimental, é a posição desta Diretoria no sentido de que o Vereador Gabriel, em gozo de suas prerrogativas como membro da Mesa, embora impedido de participar das deliberações que se farão na referida reunião, deve ter sua presença considerada para fins de quórum, não sendo aplicável a comunicação que se pretende fazer ao Vereador Gabriel apenas na condição de denunciado, e não de membro da Mesa.

Ocorre que o Vereador Professor Juliano Lopes, no e-mail que acompanha a convocação, manifesta-se quanto a este ponto de forma a gerar dúvida sobre a natureza da reunião que pretende realizar. São estes os termos:

“nem os arts. 37 e 38 do Regimento Interno da Câmara Municipal, que regulam a atividade da Mesa Diretora, nem qualquer outro dispositivo do regimento prevê quorum para reuniões da Mesa, o que torna inaplicável ao caso concreto o art. 145 do Regimento Interno, mencionado em sua comunicação. Se não há quorum, não há cômputo para fins de quorum.”



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Uma vez que o 1º Vice-Presidente, a fim de viabilizar a realização da reunião, lança mão de uma convocação, instrumento típico das reuniões regimentais da Casa, sejam de Comissão ou de Plenário, é de se concluir que se pretende a aplicação do procedimento típico destas reuniões, inserindo-a no contexto do processo legislativo. Para tanto, é imprescindível a aplicação do Regimento Interno em sua totalidade, não sendo possível escolher quais artigos são aplicáveis ao caso concreto e quais não o são, obrigando-se, portanto, a aplicação do art. 145 do Regimento Interno e a convocação do Vereador Gabriel, afastando-se a aplicação de fontes subsidiárias de interpretação, visto que inexiste omissão.

Não fosse a intenção do 1º Vice-Presidente a de conferir caráter processual à reunião, o que se faz desejável uma vez que se trata de reunião deliberativa, bastaria que este comunicasse aos demais membros da Mesa Diretora, de maneira individual, que se realizaria reunião do colegiado, em caráter administrativo, dispensando-se, assim, as formalidades de convocação, o cumprimento de quórum, a publicidade e até mesmo a assessoria regimental, visto que esta previsão se dá expressamente no Regimento Interno apenas em relação às comissões, nos termos do artigo 87, que cito:

Art. 87 - As comissões contarão com assessoramento específico e consultoria técnico-legislativa em suas respectivas áreas de competência.

Ocorre que, diante da manifestação do vereador que acompanha o pedido de convocação, não fica claro se o que se pretende realizar é uma reunião regimental ou uma reunião administrativa. Apesar disso, entendo que não há prejuízo na publicação da convocação, uma vez que a natureza da reunião pode ser definida pelo Vereador in loco, e a publicação terá produzido os efeitos que se fizerem necessários independentemente do caminho que se pretenda seguir.

Diante de todo o exposto, determino a realização de todos os atos pertinentes ao processo legislativo, incluindo a publicação da convocação, e o comparecimento da equipe de assessoramento técnico-legislativo ao Plenário designado, razão na qual o Vereador Professor Juliano Lopes poderá informar se pretende realizar reunião em caráter regimental, cumpridas todas as formalidades necessárias, ou reunião administrativa da Mesa Diretora.


Lucas Leal Esteves

Diretor de Processo Legislativo

